

Originais recebidos em 09/11/2022. Aceito para publicação em 17/04/2023.

Avaliado pelo sistema double blind peer review. Publicado conforme normas da ABNT.

Open access free available online.

DOI: <http://dx.doi.org/10.35700/2359-0599.2023.17.3505>

Observatório do Turismo & Economia do Mar: concepção e perspectivas

Aristides Faria Lopes dos Santos – <http://orcid.org/0000-0002-0071-1772>¹

RESUMO

Este relato de experiência trata do “Sistema Integrado de Gestão de Destinos Turísticos” e sua implementação por meio de projetos de extensão e iniciação científica no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (Câmpus Cubatão). O objetivo deste trabalho foi relatar o processo de operacionalização do “Observatório do Turismo & Economia do Mar”. Trata-se de estudo de caso, conduzido com abordagem qualitativa. Procedeu-se à pesquisa bibliográfica sistemática e pesquisa documental. A área de abrangência adotada foi a Região Metropolitana da Baixada Santista, localizada no litoral de São Paulo. Entre os resultados, destaca-se a elaboração de um modelo conceitual de gestão de destinos turísticos, que poderá ser objeto de replicação no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Turismo; economia do mar; marketing; gestão pública; destinos turísticos.

¹ Docente dos cursos de Bacharelado em Turismo e Técnico em Eventos Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (Câmpus Cubatão). Doutor em Hospitalidade pela Universidade Anhembi Morumbi (2016-2020).

Tourism & Marine Economy Observatory: conception and perspectives

ABSTRACT

This experience report deals with the “Integrated System for the Management of Tourist Destinations” and its implementation through extension and scientific initiation projects within the scope of the Federal Institute of Education, Science and Technology of São Paulo (Campus Cubatão). The main goal was to report the operationalization process of the “Tourism & Marine Economy Observatory”. This is a case study, conducted with a qualitative approach. An unsystematic bibliographic research and documental research were carried out. The coverage area adopted was the Metropolitan Region of Baixada Santista, located on the coast of São Paulo. Among the results, we highlight the elaboration of a conceptual model for the management of tourist destinations, which can be replicated in the Brazilian context.

Keywords: Tourism; marine economy; marketing; public management; tourism destinations.

1 INTRODUÇÃO

A demanda por profissionalização da gestão pública é parte de um movimento contemporâneo e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), ao mesmo tempo, motiva e incentiva tais mudanças sociais. Isso ocorre em virtude das ações institucionais de extensão universitária que se caracterizam pelo “(...) compartilhamento mútuo de conhecimento produzido, desenvolvido ou instalado no âmbito da instituição e estendido à comunidade externa” (IFSC, 2016, art. 3º).

Julga-se pertinente destacar que as atividades de extensão têm como um de seus objetivos “construir soluções atreladas às demandas da sociedade” (IFSC, 2016, art. 4º, IV), o que se configura como um dos aspectos norteadores da ação descrita neste documento.

O presente relato de experiência apresenta o processo de concepção e implementação do “Sistema Integrado de Gestão de Destinos Turísticos”

(SIGESTur), modelo conceitual para a gestão de destinações turísticas publicado originalmente por Santos (2015).

Entre os anos de 2016 e 2021, o referido Sistema foi tema de projetos de extensão e iniciação científica (IC) executados no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (Câmpus Cubatão), por meio de programas institucionais de fomento ao extensionismo e à investigação científica.

Nesta unidade são ofertados, entre outros, os cursos Técnico em Eventos Integrado ao Ensino Médio, Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo (extinto em 2017) e Bacharelado em Turismo (vigente desde 2018). Docentes e alunos destes cursos participam do Grupo de Pesquisa (CNPq) “Observatório do Turismo do Litoral Paulista” (Tulipa).

O objetivo geral deste relato de experiência foi descrever o processo que culminou com a institucionalização do “Observatório do Turismo & Economia do Mar”. Assim, são apresentadas, em síntese, as diferentes fases e os variados projetos que compuseram esta ação.

Desde já, julga-se pertinente mencionar o inventário, diagnóstico e caracterização dos observatórios de turismo em nível nacional e internacional elaborado por Bregolin (2018), que é importante referência conceitual para este trabalho. O autor considera estas organizações como responsáveis, por exemplo, por implementar ferramentas, sistemas e modelos de gestão territorial que integram os múltiplos *stakeholders*² atuantes no setor de viagens e turismo.

Na seção seguinte é apresentada a descrição dos procedimentos metodológicos e, em seguida, do referencial teórico. Posteriormente, é feito detalhamento do processo de concepção e implementação do “Observatório do Turismo & Economia do Mar”. Por fim, são postuladas perspectivas para futuros projetos de extensão, com vistas ao estabelecimento e amadurecimento do relacionamento entre a instituição proponente/executora e a comunidade onde está inserida.

² Freeman (1984, p. 5, tradução nossa), ainda nos anos 1980, definiu *stakeholders* como “todos os indivíduos, grupos ou organizações que são afetados ou afetam outros *stakeholders* no alcance do objetivo de uma determinada empresa”.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O texto configura-se como um estudo de caso único, conduzido com abordagem qualitativa, de natureza descritiva. O objeto de estudo é, então, o “Observatório do Turismo & Economia do Mar”, ação derivada de projetos de extensão e IC, como visto (RAUPP; BEUREN, 2006). Note-se que as técnicas de coleta de dados em campo, tais como sessões de observação participante, foram empregadas nos projetos apresentados, mas não foram especificadas no presente texto.

A área de abrangência dos projetos descritos é a Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), instituída pela Lei Complementar nº 815, de 30 de julho de 1996, que está localizada no litoral de São Paulo e é composta pelos municípios de Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente.

Procedeu-se à revisão de literatura narrativa por meio de pesquisa bibliográfica assistemática, com foco nos temas: Turismo, Economia do Mar, Marketing, Gestão Pública e Destinos Turísticos. Neste sentido, dada a estratégia assistemática, foi empregado referencial recente, escolhido com base em sua contemporaneidade e relevância. Complementarmente, a etapa de pesquisa documental foi composta pelo levantamento de legislação alusiva aos assuntos em pauta (MARTINS; THEÓPHILO, 2007; CRESWELL, 2010; UNESP, 2015).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção é apresentado o referencial teórico, assim é relevante citar duas obras de referência para este trabalho: Theorga (2016) e e Bregolin (2018). A primeira conceitua os observatórios enquanto ferramentas de integração, discussão e compartilhamento de informações entre segmentos sociais. Na segunda, o autor identificou, analisou e categorizou experiências de observatórios no mundo e no Brasil.

Para a fundamentação teórica deste relato de experiência foi feita, como visto, uma revisão bibliográfica narrativa. Inicialmente, são apresentados

conceitos sobre Turismo e Economia do Mar; em seguida, são abordados aspectos conceituais sobre Marketing (segmentação de mercado) e Gestão Pública. Ao final da seção, uma caracterização da área de abrangência da ação sob análise.

3.1 Turismo e Economia do Mar

A Organização Mundial do Turismo (OMT) (2003, p. 3), organismo das Nações Unidas que trata dos assuntos do setor em âmbito supranacional, afirma que “muitas nações dependem dessa dinâmica atividade como principal fonte geradora de renda, emprego, crescimento do setor privado e aperfeiçoamento da infraestrutura”. Em vista dessa complexidade, a mesma entidade conceitua o turismo como “as atividades das pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente habitual por não mais de um ano consecutivo para lazer, negócios ou outros objetivos” (OMT, 2003, p. 19).

No contexto brasileiro, de acordo com a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, o Turismo compreende “as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a 1 (um) ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (BRASIL, 2008).

Torna-se possível inferir que a atividade turística impacta diferentes setores da economia e, concomitantemente, diversas localidades também. Assim, uma vez que a área de abrangência do projeto sob análise localiza-se no litoral do estado de São Paulo, assuntos como “Turismo Náutico”, “Gerenciamento Costeiro” e “Sustentabilidade” ganham relevância.

Neste sentido, no Brasil, a dita “Economia do Mar” caracteriza-se melhor pela predominância de negócios inerentes ao setor de serviços e não por “(...) setores tradicionalmente marinhos, como exploração e produção de petróleo e gás offshore ou então pesca e aquicultura (...)” (CARVALHO, 2018, p. 34).

Este aspecto fica patente no “X Plano Setorial para os Recursos do Mar” (Decreto nº 10.544, de 16 de novembro de 2020), no qual consta que “historicamente, o uso dos recursos do mar relaciona-se às atividades pesqueiras

e de exploração de óleo e gás, à maricultura, ao turismo e ao lazer” (BRASIL, 2020, item 7.4).

3.2 Marketing e Segmentação de mercado

Para fins de promoção institucional de uma localidade turística, o “Turismo Náutico” (TN) configura-se como um dos segmentos da atividade turística que melhor caracteriza destinações localizadas em regiões litorâneas. O TN, porém, “não se configura pela utilização da embarcação como simples meio de transporte, mas como principal motivador da prática turística” (BRASIL, 2010, p. 11).

Investir na profissionalização do TN pode ser estratégia bem-sucedida para destinos turísticos que buscam consolidar seu posicionamento de mercado. O poder público municipal, que tem o dever constitucional de promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, pode, ainda, associar outros segmentos turísticos a fim de atualizar e/ou diversificar sua oferta e ajudar a qualificar os prestadores locais de produtos e serviços turísticos (BRASIL, 1988, art. 180).

As atividades inerentes ao TN não se restringem ao mar, mas variam de acordo com o meio onde são praticadas: rios, represas e lagos, além do mar, como visto. Mais especificamente, a respeito da infraestrutura e dos serviços necessários para sua oferta e prática, cabe mencionar as seguintes especificidades dentro do TN:

- “Turismo Náutico de Recreio e Esportes”, que é aquele “realizado em barcos de pequeno e médio porte, que podem ser de propriedade do turista ou alugados”;
- “Turismo Náutico de Cruzeiro”, que se caracteriza pela “prestação de serviços conjugados com transporte, hospedagem, alimentação, entretenimento, visitação de locais turísticos e serviços afins, quando realizados por embarcações de turismo”.

Para fins de promoção turística, também se mostra importante evidenciar a diferença entre a “finalidade” e o “meio” para o emprego de embarcações para a movimentação turística:

“[...] **finalidade da movimentação turística**: toda a prática de navegação considerada turística que utilize os diferentes tipos de embarcação, cuja motivação do turista e finalidade do deslocamento seja a embarcação em si, e considerando o tempo de permanência a bordo”; **meio da movimentação turística**: o transporte náutico é utilizado especialmente para fins de deslocamento, para o consumo de outros produtos ou segmentos turísticos, o que não caracteriza o segmento” (BRASIL, 2006, p. 15, grifo nosso).

Ainda com relação ao uso de embarcações para finalidade ou meio de movimentação turística, consta no Decreto nº 7.381, de 2 de dezembro de 2010 (art. 39) que a prestação de serviços conjugados de “(...) transporte, hospedagem, alimentação, entretenimento, visitação de locais turísticos e serviços afins, quando realizados por embarcações de turismo, constitui o programa de turismo denominado cruzeiro marítimo ou fluvial”, que podem ser categorizados como (I) de cabotagem (aquele entre portos ou pontos do território brasileiro, utilizando a via marítima, ou esta e as vias navegáveis interiores); (II) internacional (aquele cuja viagem tem início e término em qualquer porto estrangeiro); (III) de longo curso (aquele realizado entre portos brasileiros e estrangeiros); e (IV) misto (aquele cuja viagem tem início e término em porto nacional, com trânsito em portos e pontos nacionais e portos estrangeiros) (BRASIL, 2010).

Compreender a importância do gerenciamento da imagem de destinações turísticas é imperativo. Conforme Silva e Perinotto (2016, p. 430):

“[...] é evidente ver a importância na imagem do destino como meio que agrega valores potenciais da região e que na medida em que o marketing atua para mensurar e trabalhar a imagem, o processo de compra fica mais claro e fácil de ser compreensível para se chegar na escolha do destino, que a partir então dessa seleção, caberá aos agentes atuantes locais fazerem com que seja um destino de imagem positiva e que possam tomar medidas úteis e aproveitar da positividade repassada” (SILVA; PERINOTTO, 2016, p. 430).

De acordo com os mesmos autores, o *marketing* é uma atividade organizacional – aplicável em empresas e, no caso deste trabalho, a cidades, regiões e mesmo nações – que pode ser empregada na avaliação e no monitoramento da imagem de um dado objeto, na pesquisa de mercado e na indução da tomada de decisão dos consumidores de um dado mercado ou segmento(s).

Realizar uma ampla contextualização do Turismo Náutico no contexto do *marketing* turístico demandaria espaço bastante mais extenso, de modo que não é possível fazê-lo neste documento. Assim, são apresentados a seguir aspectos conceituais a respeito da gestão pública no Brasil.

3.3 Gestão Pública no Brasil

Segundo Paludo (2013, p. 3), “o Brasil é um Estado Federal, pois apresenta duas esferas de governo: a nacional (União) e a regional (Estados). A federação brasileira ainda traz um ente federativo exclusivo, que são os Municípios”. Destaca-se que este documento trata de destinos turísticos enquanto regiões administrativas formalmente instituídas e com instâncias de governança atuantes, localizados em território nacional.

Para o mesmo autor, o “Estado exerce seu poder através do Governo, mas não se confunde com ele: enquanto o Estado é permanente, o Governo é transitório; enquanto o Estado é um ente moral, intangível, o Governo é um ente real, tangível” (PALUDO, 2013, p. 26). Isto é, este relato de experiência aborda aspectos inerentes tanto ao Estado quanto ao Governo – já que trata de políticas públicas e de decisões governamentais a respeito do ordenamento da atividade turística.

No Brasil, na forma vigente, o Estado encontra-se dividido em três poderes, a saber: Executivo (que se encarrega de administrar a máquina pública, prover de serviços a sociedade e proteger os cidadãos), Legislativo (com a função de produzir ou modificar leis e fiscalizar os atos do governo em nome da sociedade) e Judiciário (cuja função é resolver os conflitos de interesse das

peçoas em cada caso concreto por meio de um processo judicial) (TEIXEIRA, 2012, p. 10).

A respeito da forma de gestão governamental, verifica-se que a gestão pública "(...) persegue metas coletivas e se desenvolve sob condicionantes jurídicos e políticos que delineiam a atuação estatal nas variadas esferas e formas de ação dos governos" (PALUDO; PROCOPIUCK, 2014, p. 5). Neste sentido, a gestão pública da atividade turística é abordada neste texto no âmbito federal e com abrangência territorial nacional.

3.4 Destinos turísticos: caracterização da área de abrangência do projeto

O estado de São Paulo é composto por cinco regiões metropolitanas, sendo uma delas a Região Metropolitana (RM) de São Paulo, onde se localiza a capital paulista. As demais são: RM de Campinas, RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte, RM de Sorocaba, Região Metropolitana de Ribeirão Preto e RM da Baixada Santista (RMBS), que foi instituída pela Lei Complementar nº 815, de 30 de julho de 1996. Essa região administrativa é composta pelos municípios de Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente. A partir de Santos – cidade sede da RMBS – a distância até a capital é de aproximadamente 70 km por via terrestre.

De acordo com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER/SP), as principais rodovias da região são: Rodovia dos Imigrantes (SP-160), Anchieta (SP-150), Padre Manoel da Nóbrega (SP-055) e Dom Paulo Rolim Loureiro (SP-098) e Rio-Santos (BR-101).

Além da ampla infraestrutura rodoviária, há na região uma base aérea (Guarujá), um aeroporto estadual (Itanhaém) e o Porto de Santos – administrado pela *Santos Port Authority* (SPA) –, com instalações em Santos e Guarujá e com acesso marítimo ao Polo Industrial de Cubatão. Ao todo, a região possui aproximadamente 1.859.898 habitantes, distribuídos pelos nove municípios citados (SEADE, 2022).

Os municípios são muito próximos uns dos outros, o que possibilita o trânsito entre todas as cidades da região em apenas um dia de roteiro de visitas turísticas, por exemplo. Além do intenso processo de urbanização, há amplas

áreas naturais protegidas, estabelecidas na forma da lei como unidades de conservação, sendo algumas administradas pelos governos municipais e outras pelo governo do estado de São Paulo.

Feita breve caracterização da área de abrangência adotada pela ação de extensão sob análise, cumpre destacar que a RMBS é reconhecida como região turística da “Costa da Mata Atlântica” no Mapa do Turismo do Brasil do Ministério do Turismo (MTUR, 2021).

4 ESTUDO DE CASO: OBSERVATÓRIO DO TURISMO & ECONOMIA DO MAR

Este relato de experiência põe sob análise o “Observatório do Turismo & Economia do Mar”, que, originalmente, denominava-se “Sistema Integrado de Gestão de Destinos Turísticos” (SIGESTur). Mais especificamente, o projeto foi instituído por meio do Edital de Fluxo Contínuo PROExC/SIEX 2017, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP Câmpus Cubatão). Sua implementação se deu pelo projeto de extensão intitulado “Sistema Integrado de Gestão de Destinos Turísticos (SIGESTur): projeto-piloto Cubatão (SP)” (Protocolo SIGProj: 263667.1362.250286.14032017) e de projetos de IC, com fomento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do IFSP e do Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e/ou Tecnológica.

Anteriormente, o SIGESTur foi tema de estudo desenvolvido no curso de Mestrado, do Programa de Pós-graduação em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi, em São Paulo (SP) (SANTOS, 2015). Em 2016, o SIGESTur foi considerado uma das dez ideias mais inovadoras no âmbito do turismo durante o Camp de Inovação do Turismo, concurso promovido pelo portal Panrotas com o apoio técnico do Sebrae. Já em 2017, o *case* intitulado “*Hospitality and hostility relations among stakeholders: Influences in the competitiveness of tourist destinations*” foi premiado durante o “IV World Research Summit for Tourism and Hospitality”, congresso realizado em Orlando, nos Estados Unidos. Concomitantemente, o SIGESTur foi tema de tese de doutoramento no mesmo Programa citado (SANTOS, 2020).

Um aspecto relevante para a opção desta região como laboratório foi a existência de arranjo institucional relativo ao setor de viagens e turismo, que é o

foco da proposta. Estão presentes as seguintes instituições: SEBRAE-SP, Costa da Mata Atlântica Convention & Visitors Bureau (atualmente denominado Santos Convention & Visitors Bureau), Agência Metropolitana da Baixada Santista (AGEM-BS), Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares da Baixada Santista e do Vale do Ribeira e Sindicato dos Trabalhadores em Comércio Hoteleiro, Bares, Restaurantes e Similares de Santos, Baixada Santista, Litoral Sul e Vale do Ribeira.

Como reconhecimento aos esforços empreendidos em benefício do desenvolvimento sustentável do turismo em Cubatão (SP), a Câmara Municipal local prestou homenagem ao autor deste relato de experiência e coordenador do projeto durante ato solene referente ao Dia Mundial do Turismo, em setembro de 2018.

No intento de promover uma interação dialógica com a sociedade, a partir de janeiro de 2019, o professor coordenador do projeto passou a participar semanalmente do programa "Em Cima da Hora", da rádio comunitária *online* "Rádio da Vila" (<http://www.radiodavila.minharadio.fm/>), localizada em Santos, no bairro Vila Mathias. Durante a programação, eram discutidos temas relacionados à economia do turismo em linguagem acessível ao grande público, no sentido de sensibilizar a população local e regional da importância econômica, social e mesmo cultural da atividade turística. Essa iniciativa foi cessada por ocasião das restrições impostas pela pandemia de Covid-19, em 2020.

É fundamental mencionar, também, a relevante colaboração dos alunos bolsistas, que participaram dos referidos projetos e foram responsáveis por auxiliar na elaboração e validação de instrumentos de coletas de dados, na pesquisa de fontes e referências, na criação e revisão de material de comunicação e respectivos relatórios parciais e finais.

Essas atribuições foram realizadas tanto por meio de trabalho remoto quanto nas instalações do Laboratório de Turismo (Labtur) do IFSP Câmpus Cubatão, onde foram realizadas reuniões semanais de orientação ao longo dos anos de 2016 e 2017.

Foram criados, ainda, um painel de monitoramento de dados sobre o setor de viagens e turismo < www.observatoriodoturismo.com >, um *blog* <

www.sigestur.com > e o protótipo do aplicativo para dispositivos móveis SIGESTur < <http://app.vc/sigestur> >, plataformas de acesso gratuito para a população e, especialmente, aos empresários e profissionais do setor. Este aplicativo é ao mesmo tempo um modelo que pode ser adotado pelos destinos turísticos e um canal para distribuição de informações oriundas das análises de dados desenvolvidas.

Neste contexto, em 2021, foi executado o projeto de iniciação científica "Implementação do Sistema Integrado de Gestão de Destinos Turísticos (SIGESTur) na região turística da 'Costa da Mata Atlântica' (São Paulo, Brasil)" e, em 2023, encontra-se em desenvolvimento o projeto "Implementação do Observatório do Turismo & Economia do Mar", desenvolvido no âmbito Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e/ou Tecnológica (Edital nº 02/2023), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (Câmpus Cubatão), cuja vigência é de 03/2023 a 06/2024.

A partir destas experiências anteriores foram implementadas ações apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 1 - Ações e evidências de realização.

Ações/Desdobramentos	Evidências de execução
Criação de painel de dados com o uso do <i>software</i> Microsoft Power BI	Foi criado painel experimental, em constante atualização, disponível em: observatoriodoturismo.com
Lançamento de perfil na rede social Instagram para divulgação de boas práticas de gestão de destinos turísticos no Brasil e no mundo	O perfil no Instagram possui (03/2023) 4.120 publicações e 2.347 seguidores (@observatoriodoturismo)
Difusão de informações institucionais sobre o projeto vigente e o setor de viagens e turismo na área de abrangência da pesquisa	O blog do projeto é atualizado regularmente e possui conteúdo técnico sobre o setor: www.sigestur.com
Desenvolvimento de protótipo do aplicativo "SIGESTur" voltado à integração de agentes públicos e privados atuantes no setor de viagens e turismo.	Foi criado protótipo do app para dispositivos móveis, disponível em: http://app.vc/sigestur

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Concluído o relato de experiência, julga-se essencial lançar luz aos princípios relacionados à natureza da extensão preconizados neste periódico. A respeito do “Impacto na Formação do Aluno”, destaca-se que os alunos bolsistas atuantes nos projetos mencionados neste texto mantiveram vínculo com o curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo até 2017 e com o Bacharelado em Turismo a partir de 2018, quando o primeiro foi extinto no IFSP Câmpus Cubatão.

A partir do relato, fica possível verificar o atendimento aos princípios do “Impacto e a Transformação Social” e da “Interação Dialógica” por meio da difusão de dados abertos aos profissionais do setor e lideranças comunitárias por meio do painel de dados mencionado, o que motivou o ingresso do professor-orientador no Conselho Municipal de Turismo do município de Cubatão (Decreto nº 11.713, de 9 de setembro de 2022), gerando contato direto com a sociedade civil.

A “Interdisciplinaridade” é característica dos projetos mencionados e, sobretudo, do “Observatório do Turismo & Economia do Mar”, pois, como citado, abarca temas-chave como Turismo, Economia do Mar, Marketing, Gestão Pública e Destinos Turísticos. Na prática, mais especificamente, a interação com docentes e estudantes de outras áreas do conhecimento se dá por meio dos Grupos de Pesquisas (CNPq) “Centro de Pesquisa e Inovação em Consumo, Mercados e Negócios” (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7724034115760155>), do IFSP Câmpus Jacareí, e “Pesquisa nas Indústrias de Cruzeiros Marítimos e Fluviais” (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/733774>), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), dos quais o professor orientador é membro – além do grupo Tulipa sediado no próprio IFSP Câmpus Cubatão (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/389731>).

Fita patente, também, o atendimento ao princípio da “Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão” já que o “Observatório do Turismo & Economia do Mar” guarda relação direta, entre outros, com os componentes curriculares “Economia do Turismo” (2º semestre), “Geografia Aplicada ao Turismo” (3º semestre), “Marketing e Turismo” (4º semestre), “Políticas Públicas no Turismo” (5º semestre), “Captação de Recursos para Turismo e Eventos” (6º semestre) do curso de

Bacharelado em Turismo, além dos trabalhos de conclusão de curso e publicações relacionadas (SANTOS; DIREITO NETTO, 2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do trabalho foi relatar o processo de operacionalização do “Observatório do Turismo & Economia do Mar”. Assim, aos pesquisadores atuantes na área de turismo da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, propõe-se a replicação desta iniciativa. A experiência pode servir, também, para gestores públicos que ambicionam implementar um “observatório do turismo” local ou regional, com o apoio de instituições de ensino.

A título de proposição para projetos de pesquisa futuros, cumpre mencionar que o “Observatório do Turismo & Economia do Mar” mostra-se capaz de subsidiar o trabalho de organizações do terceiro setor, entidades empresariais e organismos do poder público também. Do mesmo modo, conclui-se que o projeto pode auxiliar os discentes no processo de ingresso no mercado de trabalho e mesmo no investimento em negócios próprios. O IFSP Câmpus Cubatão, localizado no litoral paulista, encontra-se imerso em um destino turístico pujante e isso é determinante para o sucesso dos alunos neste sentido.

A experiência relatada denota a interlocução entre os pesquisadores diretamente envolvidos na execução do(s) projeto(s) e a comunidade externa, além disso, as publicações relacionadas e a aderências entre as iniciativas mencionadas os componentes curriculares atestam o atendimento aos princípios da atividade extensionista. Destaca-se, neste sentido, a participação do professor orientador no Conselho Municipal do Turismo do município de Cubatão, sede do projeto “Observatório do Turismo & Economia do Mar”.

6 REFERÊNCIAS

ALESP. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. **Legislação Estadual**. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/alesp/pesquisa-legislacao/> >. Acesso em: 08 nov. 2022.

ALESP. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. **Lei Complementar nº 815, de 30 de julho de 1996**. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1996/lei.complementar-815-30.07.1996.html> >. Acesso em: 09 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 10.544, de 16 de novembro de 2020**. Disponível em: < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.544-de-16-de-novembro-de-2020-288552390> >. Acesso em: 08 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.381, de 2 de dezembro de 2010**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7381.htm >. Acesso em: 08 nov. 2022.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 7, de 15 de agosto de 1995**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc07.htm >. Acesso em: 08 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm >. Acesso em: 08 nov. 2022.

BREGOLIN, M. **Inteligência territorial em turismo**: aplicação do sistema de capitais para análise de observatórios de turismo da Europa e da América Latina. Tese (Doutorado em Administração)– Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul (RS), 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (BRASIL). **Legislação**. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/legislacao> >. Acesso em: 08 nov. 2022.

CARVALHO, A. B. **Economia do mar**: conceito, valor e importância para o Brasil. Tese (Doutorado em Economia do Desenvolvimento)– Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FREEMAN, R. E. **Strategic management**: A stakeholder approach. Boston (USA): Pitman, 1984.

IFSC. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA. **Resolução CONSUP nº61, de 12 de dezembro de 2016**. Disponível em: < http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/consup_resolucao61_2016_extensao.pdf >. Acesso em: 08 nov. 2022.

MARTINS, G. A.; THEÓFILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MTUR. MINISTÉRIO DO TURISMO (BRASIL). **Mapa do Turismo do Brasil**. (2022). Disponível em: <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home> >. Acesso em: 09 nov. 2022.

MTUR. MINISTÉRIO DO TURISMO (BRASIL). **Marcos Conceituais do Turismo**. (2006). Disponível em: < http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf >. Acesso em: 08 nov. 2022.

MTUR. MINISTÉRIO DO TURISMO (BRASIL). **Turismo Náutico**: orientações básicas. (2010). Disponível em: < <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/segmentacao-do-turismo/turismo-nautico-orientacoes-basicas.pdf> >. Acesso em: 08 nov. 2022.

OMT. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Turismo internacional**: uma perspectiva global. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PALUDO, A. **Administração pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PALUDO, A.; PROCOPIUCK, M. **Planejamento Governamental**: referencial teórico, conceitual e prático. São Paulo: Atlas, 2014.

PMC. PFEREITURA MUNICIPAL (CUBATÃO). **Decreto nº11.713, de 9 de setembro de 2022**. Disponível em: < <https://www.legislacaodigital.com.br/Cubatao-SP/DecretosMunicipais/11713/Arquivos/1> >. Acesso em: 16 abr. 2023.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In. BEUREN, I.M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2006.

SEADE. FUNDAÇÃO SEADE. **SEADE População**. (2022). Disponível em: < <https://populacao.seade.gov.br/> >. Acesso em: 09 nov. 2022.

SANTOS, A. F. L. **Competitividade no setor de viagens e turismo**: estudo de casos múltiplos na Região Metropolitana da Baixada Santista. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade)– Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2015.

SANTOS, A. F. L. **Relações de hospitalidade e hostilidade dos stakeholders do poder público no setor de viagens e turismo.** Tese (Doutorado em Hospitalidade)– Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2020.

SANTOS, A. F. L.; DIREITO NETTO, J. B. Marketing e Turismo: relato da experiência de implementação do “Sistema Integrado de Gestão de Destinos Turísticos” (SIGESTur) no litoral de São Paulo. In.: **Anais do I Encontro Acadêmico do Centro de Pesquisa e Inovação em Consumo, Mercados e Negócios do IFSP Jacareí.** Jacareí (SP), 2022.

SILVA, M. L.; PERINOTTO, A. R. C. A imagem do destino turístico como ferramenta de diferenciação e promoção do turismo. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural.** v. 14, n. 2, p. 417-431, abril, 2016.

THEORGA, A. B. **Os Observatórios de Turismo no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Turismo)– Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

TEIXEIRA, M. A. C. **Estado, governo e administração pública.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

UNESP. UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Tipos de revisão de literatura (2015).** Disponível em:
<<https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-revisao-de-literatura.pdf>>.
Acesso em 11 abr. 2023.

YIN, R. K. **Estudo de Caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2015.

O autor declara participação na autoria conforme a Taxonomia CRediT da Casrai (vide <https://casrai.org/>)

Conceituação	Metodologia	Software	Validação	Análise formal	Investigação	Recursos
[1]	[1]			[1]	[1]	
Curadoria	Primeira redação	Revisão/edição	Visualização	Supervisão	Admin. projeto	Financiamento
	[1]	[1]			[1]	